

## Criatividade e trabalho para superar a crise

Súmula do seminário "***Os municípios e seus desafios - crise fiscal, planejamento e investimento***"

São Paulo, 11/08/2017

A atual crise brasileira pode ser vista pelos grandes números como a baixa no PIB, o déficit fiscal, a alta taxa de desemprego. Mas existe uma maneira bem próxima ao dia a dia dos brasileiros para se perceber as consequências desses índices negativos: o ponto de vista dos administradores públicos municipais. Prefeitas e prefeitos de todo o Brasil são quem têm na prática “segurado as pontas” da derrocada econômica brasileira gestada durante a era PT.

São eles que precisam lidar diretamente com a população. São obrigados a enfrentar dilemas duros como decidir se pagam a folha salarial e por consequência atrasar os fornecedores devido à falta de recursos. Precisam ir seguidamente a Brasília em busca de cada centavo para investimentos. Ao mesmo tempo enfrentar a rigidez de órgãos de controle escrutinando cada ato de seu mandato.

Um exemplo de dificuldades é com relação às unidades de Pronto Atendimento (UPAs), como são chamados os postos de saúde para pequena e média complexidade. Desde 2008 o governo federal construiu com recursos do Tesouro 711 UPAs 24 horas. Mas como a manutenção das unidades depende de recursos municipais, 163 ou **23%** delas estão fechadas, de acordo com levantamento do jornal *O Globo*.

Ao se analisar números da economista Sol Garzon, especialista em contas municipais, é possível constatar que nos primeiros cinco anos da década houve certo equilíbrio entre o crescimento das receitas e despesas totais – a carga tributária dos municípios se estabilizou em 2% do PIB. Mas essa continuidade esconde sérias distorções que mostram a progressiva deterioração financeira dos municípios.

Os gastos das prefeituras com pessoal aumentaram **31%** acima da inflação, de 2010 até 2015. Já as despesas com aposentadorias e pensões subiram **52%** no mesmo período, com tendência de alta. O desequilíbrio atinge em cheio os investimentos - ações como pavimentação, novas escolas e demais obras públicas. Ano passado, segundo a Firjan, a média de investimentos feitos pelos municípios foi de **6,8%**, a menor dos últimos dez anos.

De acordo com levantamento da própria Firjan divulgado este mês, **86%** dos municípios brasileiros estão com situação fiscal crítica ou difícil. É o pior nível desde 2006, quando foi iniciado o levantamento. São apenas **13,8%** os municípios que estão em situação boa e **0,8%** em situação de “excelência” segundo o levantamento feito com dados do Tesouro Nacional.

Hoje, **82%** dos municípios brasileiros não conseguem gerar nem **20%** de suas receitas. Apenas 136 municípios (**2,4%**) obtêm com suas receitas mais de **40%** de suas receitas. Em **55%** das prefeituras mais da metade da arrecadação vai para a folha. E chega a 2.091 o número de cidades que estão na ilegalidade, descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O diretor do Instituto Fiscal Independente (IFI), o economista Felipe Salto, relata um quadro de difícil recuperação. Crise e atitudes deliberadas do governo passado reduziram valores dos repasses do Fundo de Participação do Município (FPM). O resultado foi que a arrecadação caiu enquanto as receitas mantiveram a trajetória de alta. Restou aos prefeitos e prefeitas fazer cortes para manter o equilíbrio. Já o valor da dívida dos municípios também cresceu muito de **0,06%** do PIB em 2009 para os atuais **0,2%** do PIB brasileiro, o que é considerado preocupante.

**O seminário** - Com o propósito de ouvir os prefeitos brasileiros frente a esse ambiente de privação, foi realizado, com o apoio do Instituto Teotônio Vilela (ITV), o seminário “*Os municípios e seus desafios – Crise Fiscal, Planejamento e Investimento*”, na sexta-feira, dia 11 de agosto, na Escola de Administração da FGV em São Paulo. O evento faz parte de uma série de iniciativas do ITV com universidades para promoção de debates voltados à gestão pública e à formulação de políticas públicas.

Cada prefeito presente no evento relatou como lida com a situação e ainda oferece um serviço digno à população. Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB), com 1,2 milhão de habitantes, ainda deu um toque mais dramático à crise. Com a recessão, famílias precisam abandonar seguro de saúde e escolas particulares sobrecarregando as prefeituras. “*O desemprego leva as pessoas a ir para os serviços públicos*”, afirmou.

É também bastante difícil para um administrador aumentar as receitas, pois a elevação de tributos precisa passar pela Câmara Municipal. Aumentar tabelas de IPTU há mais de década sem reajuste é um enorme desgaste político. Uma proposta da FNP é uma política nacional que garanta aos municípios a revisão bianual, automática, da planta genérica de valores dos imóveis.

Como, nas palavras de Donizette, *“governar é gerar oportunidade na vida das pessoas”*, foi preciso inovar e buscar parcerias para superar as circunstâncias. Entre as ações criativas que buscou implantar há soluções como a possibilidade de parceiros da prefeitura oferecerem contrapartida tocando eles próprios algumas obras públicas. Já conseguiu colher frutos como as melhorias na avenida Nova Glicério e a construção da via Nova Mackenzie.

Outro caso de necessidade de criatividade ocorre em Caruaru, no agreste pernambucano. Com um orçamento efetivo de R\$ 660 milhões para uma população de 300 mil habitantes, a prefeita Raquel Lyra (PSDB) se prepara para administrar a cidade muito antes de ser eleita. Meses antes começou a fazer um plano de governo.

Possui um quadro de metas que leva em conta as diferentes regiões do município, seus lugares simbólicos, e reúne-se semanalmente com seu secretariado para monitorar os resultados em uma sala de situação. Possui 10 mil funcionários públicos, metade efetivos, porém com idade próxima a se aposentar. A folha consome **50,8%** dos gastos. Do total das receitas da prefeitura, cerca de **70%** são de transferências.

Precisa lidar com questões como prédios de igrejas e até mesmo universidade cuja energia é paga pela prefeitura. Só de energia já identificou R\$ 400 mil gastos por ano, que serão cortados. Maior eficiência em sistema de informática gerará outro corte anual de R\$ 576 mil. Outro alvo é a frota de automóveis oficiais da prefeitura cujos gastos podem ser diminuídos em R\$ 200 mil por mês.

Situado em uma região que ficou sete anos sem chover, o município precisa contratar caminhões pipa para regar o canteiro da avenida principal, uma obra mal planejada da gestão anterior. A prefeita analisa como resolver a questão. Sempre se reunindo com a população, conversando muito, Raquel Lyra vai com a tesoura cortando os abusos e realocando recursos para o que é considerado imprescindível. *“As pessoas têm clareza do que querem das suas vidas”*, afirma.

Apostando na austeridade e na racionalidade do uso dos recursos públicos, o ex-prefeito de Pelotas (RS), Eduardo Leite (PSDB), teria tudo para ter dificuldades até para finalizar o mandato. Ao contrário, terminou consagrado no município de 307 mil habitantes.

Para isso tomou sem dó uma série de medidas objetivas como preparar um orçamento que não superestimou as receitas, algo raro no Brasil. *“O primeiro passo é lidar com um orçamento realista”*. A partir daí buscar controlar despesas com servidor público e priorizar os gastos com atividade fim. Na crise, chegou até a cortar os recursos com o

carnaval para conseguir fazer uma UPA funcionar, mas a medida foi aplaudida pela população.

Dois anos após ser eleita pela primeira vez, Débora Almeida (PSB), prefeita da pequena São Bento do Una (PE), com 58 mil habitantes, lembra-se que face a tantas dificuldades iniciais imaginava que nunca mais seria escolhida *“nem mesmo para conselho tutelar”*.

Resolveu priorizar seus poucos recursos, quase a totalidade formada por repasses do FPM e ICMS. Investiu na qualidade da educação (mas também precisou de negociar salários com os professores) e na distribuição de água, as principais dificuldades do município. Conseguiu melhorar os índices do Ideb e foi reeleita.

Também apostou na transparência com idas constantes à Câmara Municipal para prestar contas. *“Fazer bem feito têm resistência”*, comenta. Verbas para investimentos, entretanto, não há. Depende da liberação de emendas parlamentares. Segundo a Firjan, **94%** dos municípios do Nordeste estão com dificuldades financeiras.

Um obstáculo relatado pelos prefeitos é o relacionamento com os órgãos de controle. *“Partem da premissa que estamos sempre errados”*, disse Débora. *“São 17 órgãos para fiscalizar e um executivo para fazer”*, constata Eduardo Leite. Como receita para lidar com a questão ele sugere mais diálogo, *“sentar-se na mesa”*. Devido às ambiguidades da lei considera que da maneira como está é difícil para um prefeito, mesmo bem-intencionado, não ser enquadrado por improbidade ao longo do mandato.

Mas apesar de todas as dificuldades, de toda a burocracia, do inchaço da folha, é possível fazer muito. É preciso criatividade, ousadia, mas sem nunca deixar de lado a tabela de arrecadação e de gastos. O Brasil tem a sorte ainda de contar com bons gestores que sabem, criteriosamente, alocar cada um dos poucos recursos disponíveis para melhorar a vida das pessoas, cuidar dos habitantes de seus municípios. Costumam ser recompensados.